

NOTAS SOBRE O CAPITALISMO AGRÁRIO NO BRASIL*

Maria Angela D'INCAO**

RESUMO: Este artigo analisa a questão do capitalismo agrário brasileiro, tomando como campo para reflexão tanto tendências gerais do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como o desenvolvimento do capitalismo na região da Alta Sorocabana. O artigo divide-se em quatro partes: a primeira parte constitui-se na colocação do problema, e nela são elaboradas basicamente duas idéias que o artigo discute, quais sejam: 1) haveria uma incapacidade do capitalismo rural de submeter completamente o trabalhador rural a suas regras, e 2) haveria uma incapacidade propriamente empresarial por parte dos proprietários de terra, o que os torna mais proprietários que empresários. Na segunda parte reflete-se sobre a primeira idéia, levando-se em conta aspectos encontrados na Alta Sorocabana. A terceira parte é uma discussão da segunda questão, amplamente apoiada nos resultados de pesquisa empírica, e na quarta parte se chega a algumas tentativas de conclusões.

UNITERMOS: Capitalismo versus feudalismo; campesinato; proprietários rurais; trabalhadores rurais; trabalho familiar; universo social do proprietário rural; empresário rural.

As reflexões deste trabalho foram feitas a partir de pesquisa realizada na região da Alta Sorocabana no Estado de São Paulo na década de 1970 (1). Na ocasião visava-se conhecer o grande proprietário de terra no que se referia a sua ação propriamente empresarial. Estava-se preocupado com a questão da racionalidade da ação empresarial econômica dos proprietários de terra, a fim de se conhecerem as suas possibilidades, enquanto grupo possuidor, de alterar as regras do processo produtivo agrícola, uma vez que percebíamos duas tendências bem marcantes na região estudada: ao mesmo tempo que a região fizera parte do movimento do café em direção ao oeste do Estado de São Paulo, já apresentava, em menos de 30 anos, tendências de zona velha, quais se-

jam, o despovoamento relativo e o inchaço urbano de populações desocupadas temporariamente, e uma tendência à concentração da propriedade fundiária na região.

Revedo esse trabalho, fazendo e refazendo leituras, deparou-se com novas e antigas questões, entre elas, especialmente, a questão da expansão do capitalismo no campo, de suas causas e de seus diferentes modos de estabelecimento nas distintas áreas do país. Não se pretende absolutamente analisar toda essa questão, a qual é bastante ampla e nada simples; pretende-se somente fazer algumas considerações a respeito dessa questão no que se refere ao estabelecimento da pecuária numa região paulista, baseadas na pesquisa feita na Alta Sorocabana e a partir de

* Versão simplificada do trabalho *Notes on Brazilian agrarian capitalism*, apresentado na Conferência Anual da SOCIETY FOR LATIN AMERICAN STUDIES, Inglaterra, 1981.

** Departamento de Sociologia e Antropologia — Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Documentação — UNESP — 17500 — Marília — SP.

trabalhos que tentam esclarecer a questão agrária sob a prismática do debate feudalismo ou capitalismo agrário no Brasil.

A tese feudal, defendida especialmente por Alberto Passos Guimarães, afirma que “*o monopólio feudal e colonial é a forma particular, específica, por que assumiu no Brasil a propriedade da terra*” (3). A tese oposta à do feudalismo, qual seja, a de que no Brasil sempre predominaram relações capitalistas em primeiro lugar, é defendida por Caio Prado Júnior, especialmente em seu trabalho *A Revolução Brasileira* (6). Apesar de não negar a existência de camponeses na agricultura brasileira, Caio Prado Júnior considera esta “*um setor residual na nossa economia agrária*” (6:62).

Os trabalhos feitos na década de 70 no Brasil no que se refere à questão feudalismo ou capitalismo, apesar de assumirem uma posição outra, na maior parte das vezes deixavam de lado a discussão propriamente da questão. Alguns deles, entre os quais incluo o meu trabalho, se alimentaram das duas fontes, ou seja, combinaram a perspectiva da análise capitalista com a visão da existência do latifúndio improdutivo abrigando formas de exploração não propriamente capitalistas. E isto foi feito muitas vezes sem uma discussão adequada e exaustiva, mas simplesmente porque a combinação explicava a realidade encontrada nas pesquisas; qual seja, grandes propriedades, abrigando tanto trabalhadores proletarizados como não proletarizados, coexistindo com a pequena propriedade, onde há predominância do trabalho familiar.

Recentemente, Maria Nazareth B. Wanderley, na versão preliminar de seu trabalho, “*O Camponês: um trabalhador para o capital*” (7), faz um levantamento dos principais trabalhos que abordaram direta ou tangencialmente esse problema e orienta sua discussão no sentido de mos-

trar a existência de uma questão camponesa no Brasil — a presença de trabalho familiar definido pela presença do capital — tanto pela existência de trabalhadores não submetidos totalmente ao capital, não proletarizados, portanto; como pela existência de pequenos proprietários trabalhando sob regime familiar. Foi especialmente este trabalho, que cuidadosamente pondera a questão da existência ou não da questão camponesa no Brasil, que orientou grande parte das reflexões feitas no presente trabalho, quais sejam: 1) haveria uma incapacidade do capitalismo rural nessa fase de submeter o trabalhador rural, recriando formas não capitalistas de trabalho em seu interior e na sua periferia; 2) o capitalismo rural brasileiro, ao progredir extensivamente, ou seja, incorporando grandes extensões de terras à propriedade de poucas pessoas, sugere uma incapacidade propriamente empresarial por parte dos proprietários de terra.

Para maior clareza lembremos sucintamente dos pontos básicos do processo de desenvolvimento do capitalismo rural brasileiro: 1.º desde o início predominou historicamente a grande exploração voltada para exportação de produtos primários aos mercados europeus a qual teve como base a grande propriedade e o trabalho escravo, onde a economia camponesa não constituiu a base das relações sociais existentes e predominantes do setor agrícola (6); 2.º após a escravidão substituiu-se a mão de obra escrava por mão de obra livre, a qual em nada alterou a relação de propriedade; 3.º a crise do café e a revolução de 1930 marcam o fim desse ciclo agrário exportador e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial sobre a hegemonia agrário-exportadora*. A agricultura nessa fase ganha a função de 1 — “*suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa*”, e não mais só

* Essa predominância de fato se deu, ainda que, como diz Oliveira, não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando, pela primeira vez, a renda do setor industrial superará a da agricultura.

o de pagar os bens de consumo; 2 — de suprir as necessidades das massas urbanas de forma, segundo OLIVEIRA (5), a não elevar principalmente o custo da alimentação e, depois, o custo da matéria-prima, para desse modo, não obstaculizar o processo de acumulação urbano-industrial (5:14).

Assim, a agricultura a partir de 1930, com a dupla função acima assinalada, continuou basicamente assentada nos velhos quadros da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste e que vem a ser a grande propriedade e a conseqüente organização agrária que daí decorre.

Mas a alteração da função da agricultura criou problemas para ela mesma e isto redundou em transformações especialmente para a agricultura paulista, a qual, ao continuar sua marcha para o oeste em plena crise do café, inaugura no Estado de São Paulo o arrendamento de terras para o plantio do algodão (2). O loteamento de pequenas áreas para serem vendidas a proprietários menores e, a partir de meados de 1950, a transformação de áreas, inclusive com matas virgens, em pastagens. Com isso, tem-se no estado mais industrializado do país a coexistência da grande propriedade e da pequena propriedade, e o arrendamento de grandes e pequenas áreas que irão produzir, em escala mercantil, tanto para o mercado externo como para o interno.

Assim, essa integração indústria e agricultura se viabiliza através de uma troca de possibilidades: se a indústria se beneficia na produção de alimentos e matérias-primas, a agricultura, através da possibilidade desenvolvimentista industrial dessa fase, acelera o que Francisco de Oliveira chama "a expansão horizontal da ocupação com baixo coeficiente de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia" (5:16). Isso acrescido do enorme contingente de mão-de-obra, oferta elástica de terras e da ação do Esta-

do que favorece essas possibilidades com empréstimos para a produção rural e com a construção, há três décadas atrás, de estradas de ferro, e hoje de estradas de rodagem.

Assim, segundo se entende, a posse de terra no Brasil, ao se fazer extensivamente para realizar o tipo de produção esperada da agricultura nessa nova fase, ao mesmo tempo gerou, por capitalista que fosse desde o início a relação dentro da produção principal da grande propriedade, outra forma de exploração de trabalho que viabiliza a própria extensibilidade da produção principal, ou melhor, da produção capitalista. O capitalismo agrário nas grandes propriedades parece não ter tomado conta ainda de toda a extensão de terra e lança mão do trabalho de agricultores sem terra, através do arrendamento ou parceria, tanto na abertura de novas áreas, como na reforma de pastagens.

Dessa maneira, o processo conhecido como a expansão da frente agrícola, o qual consiste no deslocamento do agricultor sem terra para áreas novas, tem significado o racional economicamente falando. E de fato acredita-se que o seja, assim como usualmente se interpreta como o sendo também o uso da parceria e do arrendamento para a manutenção da cultura principal, uma vez que a abundância de terras e a mão-de-obra sobranse são fatores na explicação da realidade em questão. Porém, aceitar isto sem investigar o outro lado da relação, qual seja, o do proprietário enquanto possibilidade de alteração desse processo é, segundo se entende, não dar conta de toda a questão.

Essa forma de aproveitamento do trabalho de uma população agrícola sem terra dentro da propriedade de exploração capitalista, seja para a abertura de novas áreas, seja para a manutenção da área aberta, suscita problemas que precisam ser considerados na explicação do capitalismo rural brasileiro. Justamente há que se explicar o por que da opção quase que

irrestrita por formas tradicionais de abertura e manutenção da propriedade rural como empresa comercial, por parte da maior parte dos investidores nacionais; uma vez que se constata a existência de empreendimentos mais avançados tanto tecnicamente como nas relações de trabalho nos grandes investimentos nacionais e estrangeiros no país. A viabilidade desses grandes projetos nos coloca a pergunta de se estariam os proprietários de terra, os empresários rurais nacionais, preparados para prescindirem dessas práticas tradicionais. A idéia corrente de que é altamente racional o uso dessas práticas uma vez que a mão-de-obra é abundante, pode encontrar certa dificuldade em explicar a viabilidade de empresas mais avançadas pelo mesmo critério.

No passado, como se sabe através de Caio Prado, a fase de recessão da exportação do produto principal propiciava áreas vazias que eram ocupadas pela economia de subsistência e pelas pastagens. Foi o caso do açúcar no Nordeste brasileiro. Acredita-se que hoje esteja ocorrendo o mesmo na região mais capitalista do país, o Estado de São Paulo. Isto é, a nova agropecuária não sendo totalmente vitalizada pelo mercado externo — dadas as mudanças de função que a exportação passa a ter a partir de 1930 — deixa espaço para outras formas de exploração, as quais se expressam numa relação de trabalho camponesa, envolvendo tanto trabalhador sem terra como trabalhador de pouca terra. Esse trabalho não visa sua subsistência direta, mas é dirigida para uma economia de mercado. Não fosse por isso, isto é, pelo mercado interno crescente, instalar-se-ia no Sul o mesmo que no passado se instalou no Nordeste: vazios preenchidos por uma economia de subsistência ou extrativa ou pecuária reduzida, e a coisa ficaria assim até que os mercados vitalizassem a economia principal, quando então esta tenderia a ocupar os antigos espaços deixados aos camponeses. Dessa

maneira, não perdendo de vista a possibilidade, dada pelo sistema, da oferta elástica de terras, sente-se que o setor agrícola, organizado como está, não é capaz de romper o ciclo do tradicional e se autopromover.

Tendo em vista esta perspectiva de análise da natureza geral do capitalismo rural brasileiro, refletiu-se sobre a pesquisa mencionada realizada na Alta Sorocabana, região esta localizada no extremo oeste do Estado e tida como a última zona do Estado de São Paulo por onde (desde 1929) começa a se deslocar o plantio do café e com ele a fronteira agrícola. Tratava-se de uma área interessante para estudar a relação da propriedade com a produtividade e com a população, uma vez que, como já assinalamos no início do trabalho, no decurso de pouco tempo a região se abriu, cresceu sob o café, depois sob o algodão e em 1960, já predominantemente pecuarista, apresentava uma incapacidade de trabalho rural efetivo para grande parte da população rural sem terra.

Desde 1950 já começava a fronteira agrícola a transbordar o Estado de São Paulo, através da Alta Sorocabana, rumo ao norte do Paraná e, pela via do Estado de Mato Grosso, ao norte do país. Desta vez, a fronteira agrícola, contrariamente à afirmação geral de Caio Prado, se deslocava e deixava terras férteis e virgens, assinalando claramente a impossibilidade da população rural de se fixar na região, impossibilidade esta que nos pareceu ser devida não à exaustão do solo, mas à impossibilidade legal da posse da terra — em 1950 a região apresentava 35% de matas virgens, o que não impediu o esvaziamento regional da população — e ao esgotamento da atribuição sócio-econômica desta população agricultora sem terra. Com a instalação da pecuária como exploração principal da região, terminam sua atribuição e a posse transitória da terra; uma parte da população parte a fim de realizar

seu trabalho de abertura de novas zonas, outra fica ou como trabalhador assalariado, o chamado Bóia-Fria, ou como pequeno proprietário de terra ou de algum negócio urbano, ou como arrendatário ou parceiro na versão, em geral, do trabalho familiar, com residência temporária na zona rural.

Estava-se interessado em compreender, dentro dos problemas gerais do capitalismo rural, a ação do proprietário rural. Limitou-se o estudo ao proprietário de terras, queria-se saber, entre outras coisas, o que ele fazia com a propriedade, como a empreendia e como a concebia como negócio, empresa. Tendo isto em vista, deixou-se de optar pelo critério classificatório de empresário rural propriamente dito, o qual acentuaria a capacidade de investidor, sendo este proprietário ou não.

Entendeu-se que os grandes proprietários, uma vez que detinham 70% das terras da região, eram os únicos capazes de tomar iniciativas no tocante à produção e que, assim, eram os únicos responsáveis pela perpetuação da inatividade ou, ao contrário, por iniciativas de transformação dentro de sua perspectiva de classe dominante. Nesse sentido tomou-se o proprietário como empresário. Queria-se entender essa relação empresário ou proprietário e propriedade, e estava-se interessado no proprietário improdutivo. Partia-se do quadro da propriedade extensiva, da concentração de terras portanto, e da presença de uma prática predatória na exploração da pecuária, para explicar a incapacidade da região em fixar o trabalhador rural. Partia-se pois da noção do latifúndio improdutivo, o qual já aludi, e também da noção da expansão do capitalismo nas relações sociais da agricultura, para tentar compreender sua ação econômica referente à sua propriedade, ação essa que excluía do acesso à terra grande parte de agricultores sem terra, provocando o inchamento das cidades e o

despovoamento relativo da região. Utilizou-se o critério classificatório de Alberto Passos Guimarães, o qual considera as propriedades capitalistas distintas das de menos de 100 ha, as quais são consideradas, por ele, de camponeses, uma vez que, nessas últimas, há predominância do trabalho familiar.

Após essas explicações preliminares e necessárias, voltamos agora aos objetivos deste trabalho. Em primeiro lugar, a incapacidade do capitalismo rural em submeter completamente o trabalhador rural nessa fase de seu desenvolvimento foi percebida quando se constatou que nada menos do que 50% da produção agrícola da região estudada era produzida dentro das grandes propriedades através do arrendamento ou parceria de parcelas de terra ou de pastos que necessitavam ser reformados, ou mesmo de terras próprias para a agricultura.

Esse arrendamento ou parceria não tiveram, muitas vezes, o caráter de empreendimento capitalista, quando então se teria um capitalista que arrendaria a terra e empreenderia a produção através de trabalho assalariado. Esse tipo existe na região mas não foi o tipo geral encontrado na pesquisa entre os grandes proprietários. Encontrou-se especialmente o arrendamento ou parceria pago em espécie e não em dinheiro e feito através tanto do trabalho familiar como do assalariado e do trabalho misto, qual seja, o que utiliza tanto o trabalhador assalariado como o emprego da família, a qual se instala por uns tempos na propriedade e cultiva a planta do contrato além de fazer outros serviços para o dono da terra.

Assim, entre os grandes proprietários da Alta Sorocabana observou-se com grande frequência o uso concomitante da parceria, do arrendamento e do trabalho efetivo, diarista e mensalista. Esses últimos expressos por uma relação de trabalho assalariado em geral, mas nem sempre. A título de ilustração cita-se o caso

encontrado do “*capataz*”, isto é, o empregado efetivo que administra a propriedade na ausência do proprietário, o qual simplesmente não recebia nenhum pagamento pelo seu trabalho, nem em dinheiro e nem em espécie. Recebia somente a concessão da terra para plantar para a sua subsistência. Através desse exemplo pode-se perceber que algumas vezes a categoria denominada pelo empregador de trabalhador efetivo, envolve uma relação não capitalista.

A utilização dessas formas diferenciadas de contrato de trabalho foi encontrada tanto entre os proprietários de menor extensão de terra quanto entre os de maiores extensões e, à medida que a extensão da propriedade aumentava, havia uma

tendência à maior utilização da mão-de-obra externa, com uma concentração nas categorias de arrendatário e trabalhador efetivo.

Isso se explica se se lembrar que essas categorias, pelo Estatuto da Terra, permitem aos proprietários uma maior autonomia sobre a terra. Como se sabe, a forma de trabalho por parceria envolve o comprometimento do locador no processo produtivo, o qual tem que fornecer não só a terra, como o custeio de parte ou de toda produção, o que sem dúvida demanda mais capital por parte do proprietário.

O Quadro 1 esclarece a freqüência das diferentes formas de contrato de trabalho encontrada dentro das grandes propriedades na ocasião da pesquisa:

QUADRO 1 — Formas de trabalho existentes nas grandes propriedades.

Categoria Prof. Estrato de Terra	Parceiro	Arrendatário.	Diarista	Mensalista	Trabalhador Efetivo
100-200ha	1,37	1,83	2,15	1,21	1,17
200-500ha	4,40	3,09	2,67	2,00	1,20
500-1000ha	2,00	9,60	1,33	2,00	8,29
+ de 1000ha	3,00	40,75	11,00	5,31	23,27

Consideramos nesse trabalho somente os trabalhadores diaristas ligados diretamente ao proprietário e não aos arrendatários e parceiros dentro das propriedades. Essa categoria é mais móvel que as demais; nela o contrato é para uma determinada tarefa, finda a qual ele se extingue. Desse modo, essa categoria de volantes, os bóias-frias, pode apresentar, em alguns períodos, um número maior de contingentes. Mas mesmo assim, tem-se que convir que é surpreendentemente grande o número de arrendatários por propriedade. E, segundo se entende, bastante indicador da incapacidade do capitalismo agrário de submeter totalmente o trabalhador rural, nessa fase.

De modo geral, os motivos alegados para a parceria ou arrendamento incluíram tanto a necessidade de reformar

as pastagens como a necessidade de *renda*. Isto foi encontrado em todos os estratos fundiários. Todavia, dependendo do tamanho da propriedade e da origem do proprietário, as respostas às questões foram diferentes. Assim, entre os proprietários de 100-200 ha de terra, os quais são os de maior tradição rural, como grupo, como trabalhadores rurais, a parceria e o arrendamento apareceram onde o trabalho familiar não era suficiente. Entre os proprietários de 200-500 ha de terra, também trabalhador rural em sua origem, a premência para o uso da parceria e do arrendamento foi maior, assim como as extensões destinadas para isto. Enquanto no estrato precedente se encontraram áreas de até 12 ha para a parceria ou arrendamento, nesse estrato se têm áreas de até 300 ha destinadas ao mesmo fim.

Entendeu-se que o trabalho familiar do proprietário era insuficiente, bem como o capital, quando se tinha maiores extensões de terras, daí a necessidade de arrendar ou de arranjar um parceiro para dar conta da extensão da propriedade sem aumentar os custos da operação, e, sempre que possível, colhendo nessa relação renda adicional para si.

No estrato subsequente, isto é, entre os proprietários de 500-1.000 ha, grupo esse caracterizado como o de maior origem urbana e mais inteiramente ligado à pecuária, a parceria e o arrendamento apareceram ligados à necessidade de reforma de pastagens. Os proprietários de origem urbana não têm com a agricultura senão essa relação de aproveitamento de mão-de-obra disponível para benefício da produção pecuária. Nesse ponto diferem dos demais proprietários, os quais são mais tradicionais na agricultura quer como trabalhador agrícola quer como proprietário e que, portanto, podem optar com mais conhecimento por algum empreendimento agrícola. Os proprietários de origem urbana, quando optaram pela parceria o fizeram em bases bastante capitalistas, isto é, com utilização de mão-de-obra assalariada, o que nos pareceu uma atitude mais avançada do ponto de vista do capital.

Entre os proprietários de mais de 1000ha, os de maior tradição como proprietários, encontraram-se as mesmas alegações que nos estratos posteriores, quais sejam, a reforma de pastagens e a necessidade de renda. Todavia, como se trata de proprietários com limites maiores de terra, têm mais alternativas e são menos sujeitos às contingências impostas por falta de terra.

Mas, de qualquer modo, os ajustamentos individuais feitos dentro de cada estrato fundiário não alteraram a compreensão de que a agricultura na região estudada segue, em termos de área plantada, a necessidade da pecuária. Trata-se de

uma agricultura itinerante plantada ora aqui, ora acolá, mas que tem alguma independência dentro desse processo que não extinguiu as áreas consideradas boas para o cultivo da agricultura. Os municípios de Presidente Bernardes e Álvares Machado são exemplos dessa observação: esses municípios, dentro da região estudada, com todas as mesmas características regionais, apresentam um grau mais alto de plantio da agricultura e, em consequência, um certo desmembramento da propriedade e, obviamente, uma concentração maior de população, relativa aos demais municípios da região.

Assim, foi tanto pela presença do arrendamento e da parceria dentro da grande propriedade como pela necessidade de renda provinda dessa relação, quer como renda propriamente dita, quer como terra limpa ou pasto reformado, que se entendeu que o capitalismo rural, nessa etapa, não aniquilou a forma de produção camponesa. Ao contrário, ele necessita dessas formas e é sobre elas que tem feito sua acumulação.

Fosse o contrário, caso em que o capital seria mais vigoroso, ele teria liquidado todas essas relações, bem como as propriedades menores essencialmente agrícolas. Há uma tendência à concentração da propriedade na região, mas ela não afetou substancialmente as áreas boas para cultivos nos municípios de vocação agrícola.

Assim, não estivessem os proprietários de terra crescendo em termos de aumento de propriedade fundiária — na região e fora dela, em outros Estados no Norte do País — seria imediato e simples pensar-se numa “descapitalização” do grande proprietário de terras.

Com isso chegamos ao segundo ponto que desejamos analisar nesse trabalho, qual seja, o de que o capitalismo rural brasileiro, ao progredir extensivamente, isto é, incorporando grandes extensões de terras à propriedade de poucas pessoas, terras essas cultivadas parcialmente ou de

modo extensivo, sugere uma incapacidade propriamente empresarial por parte dos proprietários de terra. A título de ilustração seria bom observar que a média de crescimento territorial dos proprietários de mais de 1.000ha em aproximadamente 23 anos foi de 8.404%. Nos demais estratos houve uma média um pouco mais modesta e alguns proprietários apresentaram uma perda de limites territoriais, um número pequeno deles sem dúvida, todavia, se se acrescentarem a esses os ex-proprietários, isto é, aqueles que necessitaram vender suas propriedades — os quais não incluímos na pesquisa, mas que, sabe-se, são comuns na região estudada — acredita-se, ter-se-ia uma dimensão maior e mais explicativa da realidade. Como não se tem informação mais precisa sobre esse ponto por essa via, acredita-se que seja legítimo explorar os elementos que serviram para a compreensão do tipo social do proprietário de terra na Alta Sorocabana.

Os grandes proprietários rurais, os quais provêm em primeiro lugar de famílias ligadas à atividade rural quer como proprietários, quer como trabalhadores rurais, constituem o tipo social do homem rústico, o qual encontrou na educação através do trabalho rural as respostas para sua ação econômica. Sua ação econômica resulta do aprendizado com a família no seu próprio trabalho. Não têm instrução especial, e seus filhos, em igual medida, também não se preocupam em buscar outros tipos de conhecimento para a empreitada dos negócios da fazenda. Em geral são os mais jovens e as mulheres que estudam e o fazem sem uma finalidade ligada aos negócios. Tanto entre os de maior como entre os de menor extensão de terra encontramos tipos de “*orientação profissional*” para a prole que, além de circunscreverem o tipo de educação propriamente dito, põem à mostra uma interessante organização familiar do trabalho rural.

No primeiro tipo de “*orientação profissional*”, o filho trabalha como auxiliar do chefe de família até seu casamento, e após isso, recebe, como pagamento pelo seu trabalho, um pedaço de terra ou dinheiro para a aquisição da mesma. Num segundo tipo, o filho trabalha com a família até por volta dos 13—15 anos e depois sai de casa para executar qualquer trabalho rural ou urbano. Esse tipo é mais comum entre os proprietários de menor área. A terceira delas consiste em o filho ter um trabalho dependente até o casamento, após o que, dentro da mesma terra, ampliada ou não, sua independência no trabalho é conferida ou através de uma roça ou de um pasto só de sua responsabilidade. E a quarta forma, onde o filho após o casamento continua auxiliando o pai, sem remuneração específica, somente com a garantia da subsistência presente de sua nova família e a promessa de receber uma parte maior do que os filhos que não trabalharam nas mesmas condições, quando por ocasião da partilha dos bens da família.

Evidentemente, tendo esse referencial do fazer tradicional, os empresários realizam, na prática, o que a prática mostrou ser eficiente. Não possuem nenhum nível de planejamento econômico produtivo e nenhuma contabilidade escrita dos custos da produção além dos que são obrigados por lei quando têm algum empréstimo bancário. Disseram saber que teriam lucro porque a experiência passada assim ensinava. Todavia, nunca souberam responder exatamente sobre o percentual de lucros passados: “*ele sempre aparece*”, “*sempre se transforma no custeio de nossa vida durante o tempo da cria, recria ou engorda do boi*”, ou “*em alguma benfeitoria e na compra de mais terra e gado*”.

Além disso, não apresentaram nenhuma preocupação maior com a qualidade das raças de gado nem com a venda no ponto optimal da engorda do boi. Poucos entrevistados apresentaram alguma preo-

cupação com o mercado nacional e internacional e mesmo com os preços. A rigor, a venda do gado era feita quando aparecia um bom negócio, expressão esta muito vaga, ou quando o proprietário necessitava de dinheiro ou de pasto.

O próprio empresário dirige a propriedade, não necessitando de outros encarregados na administração, e quando os tem como acontece no caso de ele ter mais de uma propriedade e, portanto, necessitar de administradores — esses, em geral, não têm acesso ao dinheiro e às decisões que envolvem dinheiro. Trata-se de pessoas que supervisionam a fazenda mas não realizam negócios, e a escolha desses administradores se faz entre pessoas da família ou entre elementos de confiança dada pelo conhecimento antigo. Aliás, o recrutamento de todo o pessoal fixo na propriedade se faz através desse critério; mesmo aqueles que constituem exceções e empregam mão-de-obra mais especializada como engenheiros agrônomos, veterinários, contabilistas, bem como pessoal de planejamento, utilizam esse critério.

O nível técnico de suas pastagens é bastante sofrível e a própria prática de ceder o pasto para arrendatários plantarem agricultura e desenvolverem após o plantio ou a terra nua o pasto plantado, é uma prática bastante depredatória da terra, porque a planta em geral cultivada é o algodão, o qual, como se sabe, além de exaurir a terra provoca erosão do solo, problemas esses comuns na região. Dessa maneira, não creio que se possa dizer com muita certeza que tal prática venha ser extremamente aceitável do ponto de vista do capital.

Deparou-se com um universo social pobre de visão de mundo e de conhecimento. Os grandes proprietários têm, muitas vezes, uma vida dura economicamente, dirigem sua propriedade com sacrifícios e não gastam o dinheiro em luxo de modo geral. Têm a disposição de se transferirem para locais ermos e distantes

para “abrir” novas terras; dir-se-ia que estão mais à vontade no mundo rústico que no mundo sofisticado. Seu mundo de referência são seus colegas de profissão e moradores antigos na região.

Dessa maneira, preferem aumentar seus limites territoriais a investir com a finalidade de tornar mais rentável a terra que possuem. Esse comportamento, reflexo sem dúvida da oferta elástica de terras no Brasil, pareceu-nos também indicador de alguma coisa mais. Os proprietários que assim procedem evidentemente ampliam seu capital, mas não se entendeu que tenham possibilidades de outras alternativas dentro desse processo, nem se terão condições de trabalhar essa quantidade enorme de terras sem o auxílio da alternativa tradicional, qual seja, o arrendamento e a parceria de partes da propriedade.

Assim, tanto pela maneira como concebem sua propriedade como pela maneira como concebem a sua produção propriamente dita, podemos inferir que sua visão de mundo está circunscrita a um ambiente restrito mas que lhes tem dado a visão da totalidade do presente: como fazer e o que fazer para comprar mais terras. Sua prática eficiente reflete a compreensão daquilo que o sistema requer. Não pretendem modernizar sua empresa em nenhum sentido; seu objetivo central é acumular mais terras. Mais que pecuaristas ou agricultores, são proprietários muitos dos entrevistados.

Assim, deparou-se com evidências que demonstram a real eficiência da produção tradicional e muitas vezes da produção improvisada, a qual é verificada através do real crescimento territorial. Ao lado dessa expressão de crescimento, não foi indicado nenhum motivo, por parte de muitos empresários, para mudar sua ação econômica e assim, segundo parece, os proprietários de terra continuarão nesse processo até terem ocupado legalmente todo o território nacional. Certamente, a

partir daí haverá um confronto entre o “tradicional” e o “moderno” no sentido do aproveitamento em profundidade da terra. Esse confronto nada mais será que o confronto do capital, no qual certamente o tamanho da propriedade será importante mas onde contarão outros fatores como a quantidade de capital e, quer-se crer, o preparo e a capacidade de geri-lo capitalisticamente.

Dentro da perspectiva mais geral da compreensão da sistemática da economia brasileira, dir-se-ia que o processo dessa acumulação tem sido possível devido a uma disposição para o trabalho familiar por parte dos membros da família do proprietário, pela disponibilidade de terras e pela existência de agricultores sem terra e de um mercado interno crescente. Porém, gostaríamos de enfatizar o que vimos sugerindo até aqui, a saber que existe uma relação entre a incapacidade do capitalismo rural de submeter o trabalhador rural e a si e a maneira como tem sido feita a expansão da propriedade de terras no Brasil. Percebe-se isto tanto pela necessidade de renda por parte do proprietário de terra, quer como renda mesmo, quer como trabalho realizado na reforma de pastagens, quanto pela maneira de compra de terras no Brasil. A compra de terras no Brasil é feita a longo prazo, comumente cinco ou até mesmo mais anos. O proprietário da terra, através do processo tido como o modelo de ocupação brasileiro, se estabelece com as condições mínimas de sobrevivência e começa a explorar a terra com a finalidade de a terra se pagar. Vende a madeira e planta agricultura pelo processo tradicional, a qual, como se sabe é bastante rentável nos primeiros anos, pois a terra é bastante fértil, já que é nova. Assim, lentamente, vão-se instalando e pagando a propriedade sem grandes inversões de capital, à custa do trabalho do agricultor sem terra. Dessa maneira indagamos quem poderia financiar capitalisticamente a abertura de novas áreas? O

crescimento territorial seria possível sem a existência desse tipo de trabalho não capitalista?

Assim, para concluir, e retomando nossos propósitos iniciais pode-se verificar que se assumirmos a posição do capitalismo agrário como a única, ignoraremos o que se passa dentro da grande propriedade. A relação de trabalho capitalista existe evidentemente na região, conforme esclarece o trabalho de Maria Conceição D'Incao e Mello “*O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*” (4), feito na mesma região estudada por mim no mesmo período. Contudo, acredita-se que tal relação não existe ainda de maneira a aniquilar a forma não capitalista de produção. A produção extensiva se apropria de outras formas de trabalho e não estabelece unicamente a relação capitalista, a qual aparece como tendência crescente e norteadora e não como traço efetivamente geral. Convém lembrar, como já assinalamos, que a região estudada abrigava na ocasião da pesquisa 50% da produção da agricultura regional dentro da grande propriedade, através de grandes e pequenos arrendatários e parceiros, o que quer dizer sob relações capitalistas ou não.

Também do ponto de vista do grupo possuidor existe um fazer que é altamente familiar, e que não se refere somente à administração da propriedade, mas inclui um trabalho efetivamente braçal: muitos dos filhos trabalham de fato na pecuária, na plantação de pastos ou na agricultura, na reforma de cercas e, muitas vezes, seu trabalho não se distingue do de um empregado comum, é trabalho de sol a sol. Encontrou-se entre os menores proprietários uma generalização de alguns membros e a prática de arrendamento de parcelas de terra próximas. Esta última é feita com vistas à suplementação econômica familiar, uma vez que, para a produção extensiva, o estrato de 100-200 ha pode ser insuficiente dependendo do número de pessoas que a família tenha.

Essa trama de relações entre proprietários e agricultores sem terras, e entre as diferentes formas de contrato de trabalho, bem como o tipo social do proprietário e de sua família, indica-nos, em primeiro lugar, que parece existir de fato uma fraqueza do capital em expropriar totalmente a mão-de-obra camponesa, indicação esta a que se pode chegar se se observa a presença efetiva dessa forma de trabalho na região e se indaga sobre a dificuldade que o proprietário teria em investir na sua auto-suficiência.

Em segundo lugar sugeri que essa fraqueza é certamente passageira e que tenderá a diminuir com a ocupação de toda a terra nacional, quando se contar com a concorrência do capital de fato e quando se dará não só a luta do camponês, mas também a do proprietário sem prerrogati-

vas empresariais propriamente capitalistas.

Assim, se nas décadas entre 1930 e 1970 teve-se o capitalismo rural consorciado com a produção camponesa — produção esta que segue as necessidades do capital — quando o conflito foi pequeno em termos nacionais, porque esse consorciamento permitiu o acesso da terra da população sem terra, ter-se-á, como se está tendo, a partir de 1970 uma luta mais feroz entre camponeses e proprietários, onde será marcante a predominância da propriedade transformada em empresa propriamente capitalista sobre o tipo de propriedade descrito nesse trabalho e encontrado ainda na maior parte do território nacional. Propriedade essa que, enquanto for de produção extensiva, permitirá a diluição de um conflito maior.

D'INCAO, M.A. — Notes on Brazilian agrarian capitalism. *Perspectivas*, São Paulo, 8: 29-39, 1985.

ABSTRACT: This article analyses the question of Brazilian agrarian capitalism, on the basis of general tendencies of the capitalism development in Brazil as well as the capitalism development in the region of Alta Sorocabana. The article is divided into four parts: the first one raises the questions. In it two ideas are presented in order to be developed: 1) There would be an incapacity of rural capitalism to submit the rural worker to its rule; 2) the landowners would behave not as entrepreneurs but as landowners. In the second part the first idea is discussed on the basis of the Alta Sorocabana reality. The third part develops the second idea based largely on research done in Alta Sorocaba. Finally, the fourth part arrives at some tentative conclusions.

KEY-WORDS: Capitalism versus feudalism; peasantry; landowner; rural labourers; family work; social universe of the landowner; rural entrepreneur.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. D'INCAO, M. A. O. — *o empresário rural na Alta Sorocabana*. Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1973. (Tese — Doutorado.)
2. GARCIA, A. E. B. — GARCIA, A. E. B. — *Contribuição para o estudo do arrendamento e parceria agrícola no Estado de São Paulo*. São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1972. (Tese — Mestrado.)
3. GUIMARÃES, A. P. — *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
4. MELLO, M. C. D. — *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Rio de Janeiro, Vozes, 1974.
5. OLIVEIRA, F. de — *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, CEBRAP, 1975.
6. PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. 2.ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1966.
7. WANDERLEY, M. N. B. — *O camponês: um trabalhador para o capital. (Visão preliminar)*. (mimeo).